

3. A produção desejante e a crítica ao Édipo

3.1 Sobre o desejo construtivista

A proposição sobre o desejo é de importância fundamental na obra de Deleuze. Tanto que, para alguns, ele pode ser considerado o filósofo do desejo. Por considerar que este não era bem compreendido, propõe um novo conceito de desejo.

No *Anti-Édipo*, Deleuze e Guattari (1972/1996, op. cit.) mostram a importância do desejo e seu aspecto revolucionário frente a toda instituição, até mesmo a psicanalítica. Então, faz-se necessário, antes de uma análise mais detalhada do referido livro, falar sobre mais uma importante diferença que Deleuze mantém com a psicanálise mais tradicional, sua concepção acerca do desejo.

A noção de agenciamento é muito cara a Deleuze, que vê no desejo processos de construção e produção por meio de agenciamentos. O processo de agenciar é entendido como pensar o desejo vinculado ao fora, dentro de uma paisagem, em vez de mantê-lo preso ao domínio intrapsíquico. Não desejamos alguém ou algo, desejamos sempre em um conjunto, como no caso de uma mulher que deseja um vestido. Ela não o deseja em abstrato, mas em um contexto de sua vida. O desejo só existe em função de um agenciamento no qual está incluído, está sempre agenciado em um plano de composição que deve ser construído. Portanto, para Deleuze, desejar é construir um agenciamento, um conjunto, uma região, o desejo é construtivista.

De acordo com Mengue (1994), a teoria dos agenciamentos permite a Deleuze romper definitivamente com o pensamento representacional, já que na idéia de agenciamento o que passa ao primeiro plano são as relações de co-funcionamento, e não mais as relações de representante a representado, significante a significado. O que caracteriza o agenciamento é a idéia de conjugação. Segundo o autor, conteúdo (coisas) e formas de expressões (signos) estão sempre em conexão por um agenciamento, e dessa forma, o dualismo, as relações de causalidade, a relação simbólica e representativa, são invadidas e

reenviadas a um nível secundário. Os dois planos são conjugados e colocados em implicação recíproca por agenciamento, sem subordinação de um ao outro.

Para Mengue, o desejo, na perspectiva deleuziana, é pleno de uma positiva e indefinida energia de agenciamento, de invenção, de conjugação, é indefinidamente aberto, e a ele, portanto, não falta nada. Ao desejo não pode faltar o objeto porque ele é propriamente sem objeto, ele é em si mesmo sua própria meta.

O autor encontra inspiração em Espinoza e Nietzsche, que concebiam a idéia de um plano de imanência no qual só há coexistências, blocos de devir, conjunções de linhas, uma nova política contra o desenvolvimento de formas. É nesse plano de imanência que se encontra o desejo, que nada tem a ver com falta e lei.

Dentro da perspectiva deleuziana, o desejo é maquínico, um conjunto de termos heterogêneos e independentes, o que leva a uma crítica das estruturas e suas condições de homogeneidade. Se o desejo agencia, é para impedir que a máquina seja um mecanismo, que o corpo se converta em um organismo. É preciso observar como ele se agencia em cada caso, procurar qual é a máquina e depois ver o que se passa, que fluxos, de que regime de signos se trata.

Deleuze procura demonstrar que o desejo não é uma ponte entre o sujeito e o objeto. Pelo contrário, está fora de coordenadas personológicas e objetais. Trata-se de um processo, um campo de imanência, de consistência, um “corpo sem órgãos” percorrido por fluxos.

(...) O desejo não é, pois, interior a um sujeito nem tampouco tende para um objeto: é estritamente imanente a um plano ao qual não preexiste, a um plano que é preciso construir, onde são emitidas partículas, onde há fluxos que se conjugam. Não há desejo enquanto não houver desenvolvimento de um tal campo, propagação de tais fluxos, emissão de tais partículas. Longe de supor um sujeito, o desejo só pode ser atingido no ponto onde alguém é despojado do poder de dizer Eu. Longe de tender para um objeto, o desejo só pode ser atingido no ponto em que alguém não procura ou já não atinge um objeto, em que já não se apreende a si mesmo como sujeito. Objetar-se-á então, que um tal desejo é inteiramente indeterminado, e que se encontra ainda mais impregnado de falta. Mas quem é que vos quer fazer crer que perdendo as coordenadas de objeto e de sujeito, vos falta qualquer coisa? Quem vos impele a crer que os artigos e pronomes indefinidos, as terceiras pessoas e os verbos infinitivos são o que há de mais indeterminado? O plano de consistência ou de imanência, o corpo sem órgãos, comporta vazios e desertos. Mas estes fazem plenamente parte do desejo, e não abrem aí qualquer carência (Deleuze & Parnet, 1977/1998, p. 112).

Aos que dizem que dessa forma se regressa ao culto do prazer, a uma concepção da festa, ou realidade natural e espontânea do desejo, Deleuze diz, ao contrário, que só há desejo agenciado ou maquinado e que é preciso construir o plano de consistência pelo qual os desejos podem passar. O que falta, em alguns casos, são as condições que tornam um desejo possível e o que acontece algumas vezes, é que as organizações de forma tiram a potência do desejo.

O desejo não é para ser submetido, é um processo revolucionário imanente. Daí Deleuze considerar o desejo construtivista, e não espontaneísta. “Nem sequer cremos em pulsões interiores que inspirariam o desejo. O plano de imanência não tem nada a ver com uma interioridade, mas com o Exterior onde tem origem todo o desejo” (Id., *ibid.*, p. 119). Em cada caso, Deleuze pergunta-se em que agenciamentos os componentes entram, com que elementos externos se compõem para construir um desejo, e não a que pulsões e recordações remetem. Para o autor, estamos sempre no meio de um empreendimento, no qual nada pode ser considerado originário.

Não é apenas a falta que Deleuze tenta excluir da relação com o desejo. O desejo ligado à idéia de prazer-descarga também é problematizado. Para o autor, ao relacionar o desejo com o prazer é que se chega, de fato, à idéia da falta. O desejo construtivista, que agencia, é barrado quando é relacionado à falta ou ao prazer-descarga.

Ao falarmos de desejo, já não pensamos no prazer e nas suas festas. Certamente o prazer é agradável, certamente tendemos para ele com todas nossas forças. Mas, sob a forma mais amável ou mais indispensável, é ele que vem interromper o processo do desejo como constituição de um campo de imanência. Nada mais significativo do que a idéia de um prazer-descarga; obtido o prazer, ter-se-ia pelo menos um pouco de tranquilidade antes do renascimento do desejo: no culto do prazer, há muito ódio, ou medo, em relação ao desejo. O prazer é a consignação do afeto, a afecção de uma pessoa ou de um sujeito, o único meio para alguém “não se perder” no processo de desejo que o ultrapassa. Os prazeres, mesmo os mais artificiais, ou os mais vertiginosos, só podem ser re-territorializações. Se o desejo não tem por norma o prazer, não é em nome de uma falta interior que seria impossível colmatar, mas, pelo contrário, em virtude da sua positividade, isto é, do plano de consistência que traça no decurso do seu processo. É o mesmo erro que relaciona o desejo com a lei da falta e com a norma do prazer. É quando se continua a relacionar o desejo com o prazer, com um prazer a obter, que nos apercebemos ao mesmo tempo em que lhe falta essencialmente qualquer coisa (Id., *ibid.*, p. 123).

Deleuze pretende quebrar a ligação entre desejo, prazer e falta, e para isso recorre ao exemplo do amor cortês, no qual o prazer ou ao menos a conclusão do coito não é priorizada. Aí existiria a constituição de um campo de imanência no qual o desejo constrói seu próprio plano, sem se importar com a falta ou a interrupção que o prazer como descarga introduz.

Em seus *Diálogos com Claire Parnet* (1977/1998, op. cit.), Deleuze afirma que a psicanálise clássica acaba com todas as produções do desejo e formações de enunciados, e dessa forma, quebra os agenciamentos maquínicos do desejo.

Ele ressalta que a psicanálise mais tradicional não dá importância aos agenciamentos extrafamiliares, aos agenciamentos do desejo que põem sempre em jogo vários fatores. De acordo com o filósofo francês, a psicanálise não compreende a lógica do artigo indefinido, do verbo infinitivo, e quer sempre buscar um definido, pessoal, escondido atrás do indefinido. Considera ainda que a psicanálise sempre que se depara com um agenciamento, extrai dele um fragmento, quebra o conjunto do desejo, do devir, e o substitui por semelhanças imaginárias, analogias simbólicas, sempre reduzindo o desejo a um mesmo fator, ora o pai, ora a mãe, ora o falo, ignorando tudo o que é múltiplo, o construtivismo, os agenciamentos. Para ilustrar isso, Deleuze nos fala do caso do pequeno Hans, no qual tudo o que importa para Freud é que o cavalo seja o pai, o que reduz toda a riqueza da história considerando apenas essa imagem, desprezando os agenciamentos, a situação, e tirando toda a possibilidade de o paciente falar. Dessa forma, considera que a psicanálise mais tradicional, por estar muito presa a determinadas representações, é concebida para impedir as pessoas de falar.

A certa altura, formamos um pequeno grupo de trabalho com a tarefa seguinte: ler relatos de psicanálise, nomeadamente de crianças, analisar esses relatos e fazer duas colunas, à esquerda o que a criança disse, segundo o próprio relato, e à direita o que o psicanalista escutou e reteve (cf. Sempre o jogo de cartas da “escolha forçada”). É espantoso. Os dois textos mais significativos a esse respeito são o “Pequeno Hans” de Freud e o “Pequeno Richard” de Melanie Klein. É um inacreditável *forcing*, como uma partida de boxe entre categorias excessivamente desiguais (...) (Id., *ibid.*, p. 103).

Em *A interpretação dos enunciados* (2006), Deleuze afirma que as análises de crianças demonstram, de forma muito clara, como os enunciados e declarações infantis são sufocados por redes de interpretações pré-determinadas. O autor enfatiza que, a diferença entre o que a criança diz e a tradução que o

analista faz, indica um grau elevado de repressão. Como no caso do pequeno Hans, onde o desejo do paciente é limitado à família e ao complexo de Édipo. O cavalo tem que representar alguma outra coisa, e esse significado é sempre ligado a família.

(...) Perguntei a Hans, a guisa de brincadeira, se os cavalos que ele via usavam óculos, ao que ele, contra toda evidência em contrário, repetiu que não. Finalmente lhe perguntei se para ele o “preto em torno da boca” significava um bigode; revelei-lhe então que ele tinha medo de seu pai, exatamente porque gostava muito de sua mãe. Disse-lhe da possibilidade de ele achar que seu pai estava aborrecido com ele por esse motivo; contudo, isso não era verdade, seu pai gostava dele apesar de tudo, e ele podia falar abertamente com ele, sobre qualquer coisa, sem sentir medo (...) (Freud, 1909/1996, p. 45).

De acordo com Deleuze, ao invés de ver na determinação do cavalo uma circulação de intensidades de um determinado arranjo maquínico, Freud procede através de analogias estáticas de representações. O pensador francês acusa a psicanálise mais tradicional de impedir todo movimento de desterritorialização, que seria a essência da libido e da sexualidade, e de fechar todos os devires na territorialidade da representação familiar.

Segundo Eugene Holland (1999), Deleuze e Guattari rejeitam a representação ela mesma, como uma distorção do modo real de operação do inconsciente, que é produtivo, mais do que expressivo ou representativo. Ainda de acordo com o autor, a pergunta “o que significa o desejo?” carrega um profundo desconhecimento sobre o inconsciente, já que distorce o desejo e o atira numa representação repressiva qualquer. O modelo do desejo maquínico constitui parte da contribuição de Deleuze e Guattari à crítica da representação.

Deleuze considera o discurso dos psicanalistas mais ortodoxos, obscurantista e voltado para a resignação. O autor sabe que Édipo não é só pai e mãe, é pior. Representa também a lei, o simbólico, o acesso à cultura, a finitude do sujeito.

Deleuze não nega que a psicanálise tenha passado por diversas mudanças, mas não as considera reais, e sim pequenos deslocamentos que no fim levam ao mesmo lugar. A prática e a teoria permaneciam as mesmas, mas agora a psicanálise penetrava em toda parte do setor social, e não apenas na família: “Nunca a psicanálise esteve tão viva, seja porque conseguiu impregnar tudo, seja porque estabeleceu através de novas bases a sua posição transcendente, a sua

Ordem específica” (Deleuze & Parnet 1977/1998, op. cit., p. 106). O filósofo afirma que a psicanálise deixa de estar à procura da verdade e torna-se constitutiva da verdade: cria os acontecimentos.

Quando descobre o significante, invoca uma ordem propriamente psicanalítica (a ordem simbólica por oposição à ordem imaginária do significado), a qual não precisa de mais nada senão de si mesma, uma vez que estatutária ou estrutural: ela mesma se encarrega de formar um corpo, um *corpus* suficiente por si próprio (Id., *ibid.*, p. 109).

No entanto, Deleuze enfatiza que os desejos são máquinas abstratas, definem-se pelo que se passa sobre eles, pelas conjugações de fluxos. São essas variáveis e movimentos que definem os “regimes dos signos”, modos de funcionamento diferentes do regime significante.

Somos compostos de linhas variáveis a cada instante, diferentemente combináveis, blocos de linhas, longitudes e latitudes, trópicos, meridianos etc. Não existem mono-fluxos. A análise do inconsciente deveria ser uma geografia mais do que uma história. Que linhas se encontram bloqueadas, calcificadas, emparedadas, num impasse, caindo num buraco negro, ou esgotadas; que linhas estão ativas ou vivas pelas quais algo escapa e nos arrasta? (Id., *ibid.*, p. 126).

Deleuze considera que há uma infinidade de regimes de signos e que o regime da significância e do significante não tem, ou não deveria ter, nenhum privilégio. O autor afirma que uma semiótica geral deveria mostrar como um agenciamento concreto lança mão de diversos regimes de signos, com variações e inovações. Já não existem formas que se organizam em função de uma estrutura, e sim partículas que entram na vizinhança umas das outras. O autor considera ainda que a psicanálise seria incapaz de analisar os regimes de signos porque ela própria opera na significância.

O filósofo francês faz grandes ressalvas quanto à interpretação psicanalítica, que revelaria o verdadeiro desejo, que buscaria o significado e a descoberta do significante, enfim, a necessidade de uma coisa querer dizer e esconder outra coisa. Para o autor, o desejo, por ser um processo de construção, sofre uma interrupção de fluxo com a interpretação. Existe uma grande diferença entre o construtivismo e a interpretação analítica. Deleuze faz uma contraposição entre a interpretação, como a captura de algo pré-existente, e a experimentação do

que está por vir, o processo, o devir. Segundo o autor, o inconsciente não pode ser apreendido, nem nunca o será.

O pensamento deleuziano contrapõe-se ao pensamento da negatividade, que vincula o desejo à falta, e o inconsciente, a fracassos e conflitos. Trata-se de pensar o desejo e o inconsciente de um ponto de vista afirmativo. O desejo como produção e o inconsciente como usina de produção.

(...) É preciso inverter a fórmula freudiana. O inconsciente deve ser produzido. Não tem nada a ver com recordações recalçadas, nem mesmo com fantasmas. Não reproduzimos recordações de infância, produzimos, com blocos de infância sempre atuais, os blocos de devir-criança. Cada um fabrica ou agencia, não com o ovo do qual saiu, nem com os progenitores que a isso o ligam, nem com as imagens que daí tira, nem com a estrutura germinal, mas com o pedaço de placenta que arrebatou, e que lhe é sempre contemporâneo como matéria de experimentação. Produzam o inconsciente, o que não é fácil (...) (Id., *ibid.*, p. 100).

Na visão deleuziana, o inconsciente é um espaço de circulação de fluxos, e estes são o único objetivo do desejo. Deleuze vê o desejo como um sistema de signos a-significantes, que questiona as estruturas estabelecidas e quer sempre mais conexões e agenciamentos. No entanto, entende que a psicanálise mais tradicional corta, sistematicamente, todos os agenciamentos.

3.2 Os modos de processamento da experiência nas máquinas desejantes

Deleuze defende um tipo de regime que comporte linhas de fuga. Um regime nômade, passional, subjetivo, diferente de um regime despótico. Para ele, nada é mais despótico do que as divisões binárias, como homem/mulher, natureza/cultura, enfim, a reduzida possibilidade de ter que ser isso ou aquilo. Deve-se considerar o devir mulher, o devir homem, são possibilidades, devires e agenciamentos outros que podem ser radicalmente contra o sistema sexo-gênero dominante.

Já nas primeiras páginas de *O anti-Édipo* (1972), Deleuze e Guattari declaram que por todas as partes existem apenas máquinas, com suas ligações e conexões, emissões e cortes de fluxos. Nesse sentido consideram que somos todos “*bricoleurs*”, cada qual com suas pequenas máquinas. “(...) o seio é uma máquina

de produzir leite e a boca, uma máquina que se liga com ela (...)” (Deleuze e Guattari, 1972/1996, op. cit., p. 1). O que existe é um processo que liga as máquinas. O que há são coexistências, que fazem com que as dicotomias percam o sentido.

Nas máquinas desejanter tudo funciona ao mesmo tempo, pura multiplicidade e afirmação, numa soma que nunca reúne as partes em um todo. Deleuze e Guattari não acreditam em fragmentos que esperam ser completados para compor uma unidade de origem. Consideram que o problema das relações parte/todo continuará a existir enquanto o mecanicismo continuar buscando uma totalização dialética, na qual as partes emanam de uma totalidade originária; enquanto desconhecerem que na natureza das máquinas desejanter deve-se introduzir a produção no desejo, assim como é necessário inserir o desejo no âmbito da mecânica.

O conceito de processo de produção é fundamental para entender *O anti-Édipo*. Tudo é produção, processo produtivo, a vida é um processo de produção, e as máquinas desejanter compõem um regime associativo.

De acordo com Holland, o modelo do psíquico, em Deleuze e Guattari, é o de uma coleção de máquinas, as máquinas desejanter. E essas máquinas funcionam de acordo com três operações, três processos e três sínteses, que são modos de processamento da experiência. O autor sugere ainda que é preciso estudar essas sínteses mais detalhadamente para entender a que propósitos essa descrição do psiquismo serve, no esforço crítico de Deleuze e Guattari, à psicanálise mais tradicional.

A primeira operação é a produção propriamente dita, que realiza o processo de colar/cortar a partir de uma síntese conectiva. Por certo, a síntese conectiva de produção é a mais fácil de se entender das três sínteses. Pode-se dizer que deriva da noção freudiana de investimento psíquico, diz respeito aos instintos e à forma como eles fundam objetos com valor ou carga erótica. De forma bem geral, a síntese produtiva traduz a noção freudiana que designa o funcionamento da pulsão de vida. O desejo produtivo faz conexões, conecta objetos parciais. A boca de uma criança num seio constitui uma conexão. As conexões feitas por essa síntese são múltiplas e heterogêneas.

(...) sínteses de produção conectam apenas o que Melanie Klein designa “objetos parciais”, não pessoas inteiras ou órgãos entendidos como pertencentes a pessoas completas. Se a boca de uma criança se conecta ao seio da mãe enquanto ao mesmo tempo seus olhos exploram o rosto dela, a síntese de produção faz apenas essas duas conexões: o seio e o rosto não estão conectados um ao outro nem a um todo maior, não são vistos como pertencentes a uma só pessoa completa. Terceiro, as conexões feitas pelas sínteses de produção são múltiplas, heterogêneas, e contínuas: um olho explora a cabeça de um cabelo, e depois vê um rosto, e depois um peito, e depois um joelho; a boca conecta-se ao peito, a algum ar, e depois a um dedo; um dedo se conecta a uma mecha de cabelo, e depois a uma boca, e assim por diante. Dessa forma, Deleuze e Guattari resumem a sintaxe da síntese conectiva como uma série de “e...e.....depois...e depois” (...) (Holland, 1999, op. cit., p. 26).

A segunda operação é a de registro, que busca a inscrição no contexto de uma síntese disjuntiva. A síntese disjuntiva de registro é um pouco mais complicada de se entender. Segundo Holland, a noção de que o psiquismo possui um aparato de registro, não é nova. Freud, por exemplo, sugere que a direção do investimento mental registra imagens de objetos prévios de satisfação e quando o organismo não pode obter o objeto ele mesmo, lança mão do mecanismo de alucinação do objeto. A síntese disjuntiva envolve, pois, o funcionamento do prazer, da memória e de traços no aparato psíquico. Pode-se fazer uma aproximação da síntese disjuntiva, com o que Freud chama de pulsão de morte. Freud insistia que a repetição era central para o psíquico, no entanto, concebia a repetição em termos metafísicos mais do que materialistas – a repetição como repetição do mesmo. Em “Além do princípio do prazer” (Freud, 1920/1996, op. cit.), a compulsão à repetição é o que faz do prazer um princípio na vida psíquica. Tiramos prazer do que previamente experimentamos como prazeroso. A compulsão freudiana da repetição leva ao instinto de morte, que estipula um retorno a um estado inorgânico, antes de a vida começar, governado por um retorno mecânico ao mesmo, mais do que pela diferença. Para Deleuze e Guattari, a repetição do mesmo constitui a forma neurótica de prazer fixada no passado, e a repetição da diferença, por sua vez, encontra prazer na variação, no imprevisto.

Junto com a importância que dão ao processo de registro no psíquico, Deleuze e Guattari formulam uma crítica à representação para atacar a psicanálise e sua fixação no complexo de Édipo. Em *Diferença e Repetição* (1968), trabalho parcialmente discutido no capítulo anterior, Deleuze tenta ressituar o conceito de diferença em relação à identidade, insistindo no fato de que a diferença e a

multiplicidade são categorias primárias, e que a identidade é secundária e dependente delas. O que se repete não é o mesmo, mas o diferente.

Para Holland, tirar prazer na variação mais do que na repetição mecânica exige uma força complementar à síntese conectiva que, de outra forma, iria fechar o organismo na forma habitual da conexão. Esse reforço permite que o conjunto de conexões seja quebrado para que outras conexões sejam estabelecidas em seu lugar, somente para serem também quebradas e substituídas por outras, e assim por diante, até o infinito. Esse é o papel da versão de Deleuze e Guattari para pulsão de morte, um papel de antiprodução. O efeito da antiprodução na síntese conectiva é, então, o de constituir uma superfície que registre relações entre conexões, ao invés de produzir conexões. Essa é a superfície de registro que os autores remetem ao corpo sem órgãos.

Segundo Holland, o corpo sem órgãos opera de acordo com um modo radicalmente indeterminado de associação livre entre sinais, sinais que não têm significado e são heterogêneos. Ainda de acordo com o autor, o corpo sem órgãos representa na leitura deleuziana da psicanálise um lugar de potencial de liberdade, uma espécie de tabula rasa, livrando o organismo da repetição puramente mecânica da determinação instintual, desde que se entenda que essa tabula rasa não existe de começo, mas é produzida no curso do desenvolvimento psíquico pela transformação de energias de conexão em energias de registro.

(...) o que é essencial é que até mesmo quando a antiprodução interrompe ou suspende a existência de conexões produtivas no corpo sem órgãos, ela ao mesmo tempo registra suas diversas possibilidades, e termina por multiplicar as relações entre eles ao infinito. Daí a importância da sintaxe da síntese disjuntiva de registro, que seleciona e encadeia sinais de órgãos – máquinas produzidas pela síntese conectiva em uma série aberta ao infinito: “cada ... ou...ou” (Holland, 1999, op. cit., p. 31).

Finalmente, a terceira operação é a de consumação/subjetivação, vinculada ao consumo e à síntese conjuntiva. De acordo com Holland, a síntese conjuntiva fala da formação da subjetividade, ou melhor, de “alguma” subjetividade, séries de estados subjetivos vividos, mas sem necessariamente culminar numa subjetividade fixa e de identidade específica. A síntese conjuntiva de consumo–consumação gera uma espécie de pensamento do tipo: “então aquilo era eu!”.

Esses momentos de consumação são derivados das conexões (e...e...e) e das disjunções (ou ...ou...ou) geradas pelas sínteses anteriores.

Após conferir a dinâmica da subjetividade esquizo, do seu regime de sínteses tal como propostas por Deleuze e Guattari, podemos contrastá-las com as especificidades da subjetividade edipiana, construída na família nuclear tomada como realidade absoluta dentro do capitalismo e reforçada pela psicanálise. Contrastar o que os autores do *O anti-Édipo* referem como um uso legítimo e um uso ilegítimo das sínteses do inconsciente.

Como foi visto, a produção desejante é produção de produção, assim como toda máquina é máquina de máquina. Deleuze e Guattari consideram o esquizofrênico psiquiatrizado como produto de uma parada no processo de produção, produto da captura do desejo nas malhas do poder. Da mesma forma, se perguntam se o registro do desejo passa pelos termos edipianos ou se Édipo não seria uma exigência da reprodução social, buscando domesticar uma matéria que lhe escapa. Os autores acreditam que o Édipo supõe uma grande repressão das máquinas desejantes e questionam a necessidade de sujeição a ele.

Para pensar o desejo em um plano de imanência, fora da transcendência edipiana, Deleuze e Guattari propõem o conceito de corpo sem órgãos, citado anteriormente. Este conceito possibilita uma crítica à noção de organização, ao corpo como organismo organizado, à estratificação e à rigidez representacional do corpo, e propõe pensar uma dimensão de caos relativo que se opõe à ordem. Portanto, é importante ressaltar que não se trata de caos total, e sim de um corpo entendido como espaço intensivo, espaço mais flexível, amplo, aberto, que possibilita a passagem de fluxos e intensidades. Enfim, o corpo como espaço real, sem o aprisionamento da representação. Os órgãos não desaparecem, apenas ganham um papel mais flexível, voltam a um estado do corpo anterior à organização orgânica, ao organismo que lhes aprisionou a vida. Ainda segundo Holland, Deleuze e Guattari recorrem a esse termo de Artaud, para levantar a questão de como o corpo é organizado e como ele pode ser ativamente desorganizado para permitir a produção de outras formas de organizações não-fixadas, como por exemplo, na esquizofrenia.

O corpo sem órgãos é inorganizado, improdutivo, porque desarranja a produção, funciona como anti-produção, é produzido na síntese conectiva e serve de superfície para o registro dos processos de produção do desejo. O corpo sem

órgãos é atravessado pelas transformações, pelas passagens do que nele se desenvolve. Nesse corpo, nada é representativo, tudo é vida. Existem apenas potencialidades, faixas de intensidades, limiares. Fatores bastante próximos da vivência do processo esquizo.

Como foi visto anteriormente, assim como uma parte da libido como energia de produção se transforma em energia de registro, há uma parte da libido que se transforma em energia de consumo, momento onde devemos considerar o modo como a subjetividade é produzida. Deleuze e Guattari se perguntam como foi possível dar ao esquizo a figura de um farrapo autístico, separado do real e da vida. Da mesma forma, se perguntam como a psicanálise clássica conseguiu transformar o neurótico em alguém que consome eternamente o papai–mamãe e nada mais. Como reduzir a síntese conjuntiva de consumo, a formação de subjetividade do “afinal era isso”, à descoberta de Édipo?

A subjetividade e a sexualidade são fluxos, intensidades, e não precisam estar presas a papéis, pois isso traz apenas ressentimento e niilismo.

(...) a oposição das forças de atração e de repulsão produz uma série aberta de elementos intensivos, todos positivos, que nunca exprimem o equilíbrio final de um sistema, mas um número ilimitado de estados estacionários metaestáveis por que passa um sujeito (Deleuze & Guattari, 1972/1996, op. cit., p. 24).

Os autores defendem que a subjetividade é prioritariamente nômade, não é exclusivamente fixa, e ressaltam que é preciso deslocar a ênfase do sujeito para a vida e seu processo de atualização. Trata-se aqui de um confronto entre a produção e a representação, que ressalta a importância do pré-individual, do parcial, do processo, do devir, dos fluxos.

De acordo com o sentido da palavra “processo”, o registro rebate-se sobre a produção, mas a produção de registro é produzida pela produção de produção. E, do mesmo modo, o consumo segue-se ao registro, mas a produção de consumo é produzida pela e na produção de registro. É que na superfície de inscrição há algo da ordem de um sujeito que se deixa referenciar. É um sujeito estranho, sem identidade fixa, errando sobre o corpo sem órgãos, sempre ao lado das máquinas desejantes, definido pela parte que toma do produto, recolhendo em toda a parte o prêmio de um devir ou de uma metamorfose, nascendo dos estados que ele próprio consome e renascendo em cada estado (...) (Id., ibid., p. 21).

Os autores do Anti-Édipo procuram uma dimensão realmente imanente do inconsciente. Eles afirmam, inclusive, que Freud também descobriu as máquinas desejantes e as produções do inconsciente. No entanto, ele parece não dar valor a essa descoberta ao postular o Édipo, que captura toda a potência e vitalidade que existem no processo e acaba por demarcá-lo excessivamente, aprisionando-o. Deleuze e Guattari tentam recuperar o conceito de libido do primeiro Freud, a questão da economia libidinal, a libido entendida como fluxo. Além disso, valorizam também o id que comporta um campo não-representacional de fluxos.

Os autores entendem que, com a leitura de Lacan, as possibilidades do desejo ficam centradas no significante do Édipo como estrutura, e que para pensar em termos não edipianos, escapar a eles, é preciso retomar o inconsciente que o próprio Freud descobriu, no qual a dimensão de produção ainda não tinha dado lugar à representação. Enfatizam que a noção da estrutura traz com ela a idéia de falta, de castração, e uma crença de que se não há castração, não há inconsciente nem desejo, o que gera uma noção de subjetividade fundada na insuficiência e na resignação. É preciso contrapor a isso tudo a idéia de inconsciente maquínico, que funciona como produção.

Restringindo-se sempre ao Édipo, a psicanálise mais tradicional fica sem saída, vira uma história de cura interminável que gira em torno de si e do eixo edipiano. Dessa forma, a psicanálise edipiana retoma a psiquiatria clássica, com o discurso de que a família enlouquece, e não se lança na descoberta de novos métodos.

A vida é uma experiência múltipla que não pode parar nos limites coercitivos do Édipo. Deleuze considera que, sem dúvida, os pais estão lá. No entanto, são apenas parte de uma vida que é múltipla. Um pensamento imanente não precisa colocar família e cultura como um terceiro que se situa entre homem e natureza. O pensamento imanente pensa em termos de coexistências.

(...) Para já, vemos apenas como o consumo de intensidades puras é estranho às figuras familiares, como o tecido conjuntivo do “afinal!” é estranho ao tecido edipiano. Mas como resumir todo esse movimento vital? Seguindo um primeiro caminho (via curta) podemos dizer que sobre o corpo sem órgãos os pontos de disjunção formam círculos de convergência em torno das máquinas desejantes; então o sujeito, produzido como resíduo ao lado da máquina, apêndice ou peça adjacente à máquina, passa por todos os estados do círculo e de um círculo ao outro. O próprio sujeito não está no centro, ocupado pela máquina, mas nos

contornos, sem identidade fixa, sempre descentrado, concluído dos estados por que passa (Id., *ibid.*, p. 25).

A grande ambivalência da psicanálise é que ela desterritorializa, abre a possibilidade para a produção desejante, e depois recaptura o produto no campo subjetivo privado da família. Em vez de viabilizar a produção desejante, impõe um viés fantasmático, teatral e mitológico. Deleuze e Guattari são propositivos, assumem uma postura de combate político, enfatizam a desterritorialização e a decodificação. Contudo, a questão é o que pode vir daí, para onde isso pode abrir. Desterritorializar para construir novos territórios, nos quais a potência da produção de diferença se mantém, esse é o objetivo.

De acordo com os autores, o desejo não depende de uma falta, pelo contrário, ele produz, constrói máquinas, faz agenciamentos coletivos, se associa a outras máquinas e provoca rupturas. Introduzir a produção no desejo e no inconsciente é pensar no que está sendo produzido, em vez de pensar na falta. A produção desejante não é nem imaginária, nem simbólica, é real.

3.3 O peso do *familialismo* sobre a *psicanálise*

Para Holland, um dos principais objetivos de Deleuze e Guattari, é libertar o desejo esquizofrênico do núcleo familiar e da representação edípica imposta pela psicanálise.

A psicanálise clássica esmaga a produção desejante, quando submete tudo às imagens familiares, totaliza tudo no Édipo, e esquece que os objetos parciais são peças das máquinas desejantes que remetem a um processo de relação e produção irreduzíveis. Ao enquadrar a vida da criança no Édipo, medindo a infância pelas relações familiares, a psicanálise tradicional desconhece a produção do inconsciente e os mecanismos coletivos que incidem sobre este. Ela encerra a sexualidade no triângulo artificial, enquanto a sexualidade tem mais força, mais potencial do que isso. Dessa forma, ao invés de ser libertador, esse tipo de psicanálise participaria da repressão burguesa, mantendo a humanidade sob o jugo do casal parental.

A psicanálise ortodoxa fez do Édipo o seu dogma e generalizou esse conceito. Deleuze e Guattari pensam que a psicanálise se entregou a uma edipianização furiosa com o auxílio dos recursos da imagem e da estrutura.

Em seu início, antes de formular teoricamente o Édipo, a psicanálise fez descobertas valiosas sobre o inconsciente, como a confrontação direta da produção desejante com a produção social, e da formação dos sintomas com as formações coletivas. Até 1905, Freud destaca idéias como as de libido, conexões parciais, desejo como produção, inconsciente molecular, para além da circunscrição ao mito edipiano. Tudo isso fica comprometido com a instauração do imperialismo de Édipo. A associação livre se fecha às conexões plurívocas. Todas as cadeias do inconsciente são suspensas, nas palavras de Deleuze e Guattari, em um significante despótico. A produção desejante é esmagada e submetida às exigências da representação. “(...) Como se Freud tivesse recuado face a este mundo de produção selvagem e desejo explosivo e quisesse introduzir nele, fosse como fosse, um pouco de ordem, da ordem clássica do velho teatro grego” (Deleuze & Guattari, 1972/1996, op. cit., p. 56). Apesar do Édipo, considerado a marca da reconciliação da psicanálise com a representação, os autores enfatizam que a descoberta da natureza subjetiva do desejo, das máquinas desejantes, constitui também o campo analítico, que continua a funcionar mesmo através de Édipo.

Deleuze e Guattari pensam em uma superestrutura que seria da ordem do macro, do molar, e que incluiria, por exemplo, objetos totais, e em uma infraestrutura de dimensão molecular, micro, que incluiria o devir, o acontecimento, o impessoal, o parcial. Existe nesses autores uma insistência em retomar os objetos parciais, não aprisionados pela captura da representação. Eles consideram que o inconsciente trabalha sempre na multiplicidade e na parcialidade, não edipianiza, não totaliza. Freud revela sua tendência ao pensamento metafísico, molar, ao fazer de Édipo o critério da sexualidade e, dessa forma, soldar a sexualidade ao complexo familiar.

A psicanálise clássica diz que os objetos parciais tendem para uma totalidade. Deleuze e Guattari consideram evidente que tal totalidade-idade é percebida como ausência, aquilo que falta aos objetos parciais e aos sujeitos do desejo. A partir disso, descobre-se por toda parte algo de transcendente e comum para introduzir a falta no desejo.

Esse algo de comum, de transcendente e de ausente, chamar-se-á *phallus* ou lei, para designar “o” significante que distribui no conjunto da cadeia os efeitos de significação e que nela introduz as exclusões (esta a origem das interpretações edípianas do lacanismo). É ele que atua como causa formal da triangulação, ou seja, torna possíveis tanto a forma do triângulo como a sua reprodução: por isso a fórmula do Édipo é $3 + 1$, o Um do *phallus* transcendente, sem o qual os termos considerados não formariam um triângulo. Tudo se passa como se a cadeia dita significante, construída por elementos que por si mesmos não são significantes, por uma escrita plurívoca e por elementos destacáveis, fosse objeto de um tratamento especial, de uma destruição que dela extraísse um objeto destacado, o significante despótico de cuja lei, a partir de então, toda a cadeia parece estar suspensa, com todos os elos triangulados. Utiliza-se aqui um curioso paralogismo que implica o uso transcendental das sínteses do inconsciente: *passa-se dos objetos parciais destacáveis para o objeto completo destacado, de que derivam as pessoas globais por determinação de falta* (Id., *ibid.*, p. 76).

Através dessa passagem empurra-se toda a sexualidade para o código edípiano e projeta-se os cortes-fluxos em um mesmo lugar mítico. Os objetos parciais não perdem sua eficácia, mas a referência ao *phallus* dá sentido à castração. E essa referência dá significado às experiências externas ligadas à privação, à suposta falta dos objetos parciais.

É precisamente essa “falta” atribuída aos objetos parciais que inquieta Deleuze e Guattari. Os autores não negam que exista uma sexualidade edípiana, uma castração edípiana e objetos completos. Negam que sejam produções do inconsciente. Consideram que a edípianização e a castração produzem a ilusão de que a produção desejante deve se submeter a leis transcendentais e servir a uma produção social e cultural superior. A partir daí todas as resignações estão justificadas.

Segundo os autores, a psicanálise clássica assegura essa conversão do inconsciente. Ela chama de pré-edípiano o estágio que deve ser ultrapassado para alcançar uma integração evolutiva em direção ao objeto completo ou organizado no sentido de uma integração estrutural, em direção ao estabelecimento de um significante despótico, sob o imperialismo do *phallus*.

Na verdade, o problema não é o da existência de estádios pré-edípianos de que o Édipo seria o eixo, mas da existência e natureza de uma sexualidade a-edípiana, de uma castração a-edípiana: os cortes fluxos da produção desejante não se deixam projetar num lugar mítico, os signos do desejo não se deixam extrapolar num significante, a trans-sexualidade não deixa nascer nenhuma oposição qualitativa entre uma heterossexualidade e uma homossexualidade locais e não específicas. Por toda essa reversão o que existe é a inocência das flores, em vez

da culpabilidade de conversão. Mas em vez de garantir, de tentar assegurar a reversão de todo o inconsciente na forma e no conteúdo a-edipianos da produção desejante, a teoria e a prática analíticas promovem a todo o momento a conversão do inconsciente no Édipo, forma e conteúdo (veremos, com efeito, a que é que a psicanálise chama “resolver” o Édipo). A psicanálise promove primeiramente essa conversão fazendo um uso global e específico das sínteses conectivas. Esse uso pode ser definido como transcendente, e implica um primeiro paralogismo na operação psicanalítica (...) (Id., *ibid.*, p. 78).

Os autores afirmam que uma revolução materialista passa pela crítica do Édipo e do uso ilegítimo que a psicanálise edipiana faz das sínteses do inconsciente. Édipo, ao se introduzir nas sínteses disjuntivas de registro desejante impõe o ideal de uma utilização limitativa, a fórmula do triângulo pai, mãe, filho. A triangulação familiar passa a representar o mínimo de condições exigidas para que um “eu” receba coordenadas que o diferenciem quanto à geração, ao sexo e ao estado. Enfim, o registro edipiano introduz uma utilização exclusiva, limitativa e negativa da síntese disjuntiva.

Holland lista cinco paralogismos – transformações de verdades relativas em verdades absolutas – que a psicanálise edipiana comete. Para este autor, o erro central desta psicanálise, é concluir diretamente da proibição a natureza do que é desejado. O incesto é proibido porque é desejado. Proíbe-se algo, e aquilo que foi proibido passa a ser desejado. Atribui-se ao desejo uma natureza incestuosa. E o desejo que não é atrelado a proibições, que é nômade, múltiplo, dá lugar a uma subjetividade fixada nesse território fechado do Édipo. De acordo com Holland, este é um dos quatro mal-entendidos cometidos pela psicanálise sobre o desejo, distorcer sua natureza atrelando-a a qualquer representação fixa.

Essa é a manha da lei que proíbe o incesto (e talvez da lei em geral): ela apresenta o desejo com uma imagem falsificada sobre o que o desejo “quer” no ato de proibir isto. O desejo é então pego em uma armadilha, em um primeiro paralogismo, um clássico “double-bind” que Deleuze e Guattari chamam ‘o paralogismo do deslocamento’: subjetividades dóceis supostamente descobrem o que desejam ao mesmo tempo que descobrem que não podem tê-lo. A lei, no entanto, Deleuze e Guattari insistem, não é um sistema natural ou mecânico, mas sim um sistema de semiótica, um sistema de representação (Holland, 1999, *op. cit.*, p. 37).

Deleuze e Guattari ressaltam também que a psicanálise edipiana não inventa o Édipo, ela apenas cai na armadilha de pensar edipianamente o inconsciente, a subjetividade e a família. A família nuclear é o centro de

reprodução do sistema capitalista, núcleo de reprodução de uma subjetividade dócil que serve à própria manutenção do sistema. De acordo com Holland, o capitalismo isola a reprodução na esfera doméstica ou privada e tem como consequência uma subjetividade muito pobre em termos de objetos de identificação: só se pode optar por ser como o pai ou como a mãe, e nada além disso.

Nessas condições, seria preciso parar de produzir referências binárias, de eternizar o Édipo e de recusar o múltiplo. Deleuze e Guattari identificam aí um segundo uso ilegítimo da síntese conjuntiva por parte da psicanálise clássica: a bi-univocização, a redução da verdadeira complexidade do inconsciente. Dessa forma, a psicanálise edipiana comete o paralogismo da “aplicação”, aplicando o triângulo edípico a tudo, fazendo com que tudo fique referido ao pai e à mãe, em vez de oferecer uma série aberta contendo diversas possibilidades de identificação, restringe a subjetividade a duas possibilidades.

Para Holland, Lacan de certa forma avança, argumentando que o complexo de Édipo só aparentemente concerne às figuras concretas de pai e mãe, e que na verdade, envolve funções mais do que figuras ou imagens. No entanto, o autor enfatiza que Deleuze e Guattari acham que Lacan não vai muito longe substituindo figuras por funções, considerando que a versão familiar e a estrutural do Édipo, assim como seu registro imaginário e simbólico, são indistinguíveis.

Ainda segundo Holland, para Freud, o complexo de Édipo é um drama familiar sobre a separação da mãe sob a ameaça da castração, aceitando a autoridade proibitiva do pai e identificando-se com o parente do mesmo sexo, na procura de uma esposa. Em Lacan, o complexo de Édipo torna-se um drama existencial sobre a aquisição da linguagem e a entrada num universo de significantes governado pela lei da significação. A separação da mãe significa, pois, a perda do contato com o domínio físico do ser, e a aceitação do domínio do significado e da lei da significação em seu lugar. Em Lacan, a proibição contra o incesto se torna o não, o nome-do-pai. O pai castra, proíbe o acesso à mãe. Deleuze e Guattari enfatizam a possibilidade de se viver sem a “lei do pai”, sem leis transcendentais, afirmando que nada falta no começo do processo, e que a falta só existe em relação à ilusão do significado pleno, do objeto completo que servirá como referência para toda a experiência. Dessa forma, mais uma vez, a psicanálise

tradicional transforma uma suposição em verdade absoluta, e comete outro mal-entendido a respeito do funcionamento do psiquismo.

De acordo com Holland, a psicanálise edipiana comete um quarto paralogismo, que Deleuze e Guattari chamam de paralogismo da extrapolação, quando extrai um objeto parcial em particular do fluxo da experiência e o transforma em um privilegiado objeto completo em torno do qual todos os outros objetos parciais e experiências em geral serão compreendidos. Este é precisamente o papel que Lacan concede ao *phallus* na sua versão lingüística do complexo de Édipo.

Na psicanálise edipiana, somente depois dos fatores familiares é que se atribui importância às demais relações sociais, que são consideradas secundárias, apenas “sublimações” das relações edípicas.

Deleuze e Guattari chamam de libido a energia própria das máquinas desejanças e consideram que as transformações dessa energia não são nunca dessexualização, nem sublimação. De fato, os autores não percebem a relação da libido com uma energia propriamente sexual, da forma como postula a psicanálise.

(...) não percebemos bem em que princípios é que a psicanálise apóia a sua concepção do desejo, quando supõe que a libido tem que se dessexualizar e até que se sublimar para proceder a investimentos sociais, e que, inversamente, só no decurso de processos de regressão de patológica é que os ressexualiza. A não ser que o postulado dessa concepção seja ainda o familiarismo, que defende que a sexualidade só opera em família, e que tem de se transformar para investir conjuntos mais vastos. Mas na realidade, a sexualidade está em todo lado: no modo como o burocrata acaricia os seus *dossiers*, um juiz faz justiça, um homem de negócio faz circular dinheiro, a burguesia enraba o proletariado, etc. E não é preciso recorrer a metáforas, tal como a libido não recorre a metamorfoses (...) (Deleuze e Guattari, 1972/1996, op. cit., p. 305).

Não é por extensão dessexualizante que a libido investe os grandes conjuntos mas, ao contrário, é por restrição que ela é determinada a recalcar seus fluxos para retê-los em conceitos estreitos, tais como os de casal e família e, dessa forma, constringer a sexualidade.

À família, uma instituição do capitalismo, é delegada a função de reprodução, a função de aparecer como um microcosmo enquanto ela realmente não o é. Longe de ser autônomo, o complexo de Édipo da família nuclear é

fabricado para encontrar os requisitos da formação social capitalista, da qual ele deriva, por delegação.

Para Holland, a repressão social delegada à família no capitalismo, faz parecer que existe uma repressão psíquica autônoma originada no complexo de Édipo, que apenas depois vai se estender para a repressão social. Aceitando em primeiro lugar esse tipo de repressão, toda repressão psíquica está justificada, e toda repressão social será considerada secundária. Para Deleuze e Guattari, é preciso identificar o Édipo como forma de repressão social pertencente ao capitalismo. É de importância vital para uma sociedade como a nossa reprimir o desejo e, mais ainda, tentar achar algo melhor que a repressão, para que até a sujeição seja desejada.

A sexualidade e o amor extrapolam em muito o Édipo, sonham com outras coisas, fazem passar fluxos múltiplos que não se encerram numa ordem estabelecida. Se o desejo é recalçado, é porque sempre põe em questão a ordem estabelecida, e isso não quer dizer que seja a-social. O desejo ameaça a sociedade não por ser desejo da mãe, mas porque é revolucionário.

É questionável se o complexo de Édipo é realmente o objeto de recalçamento e também se é efetivamente desejado. Freudianamente falando, se algo é interdito, é porque é desejado. Porém, o Édipo pode ser um produto fictício do recalçamento.

(...) Procede-se como se do recalçamento se pudesse concluir diretamente a natureza do recalçado e do interdito, a natureza do que é interdito. Isto é tipicamente um paralogismo – mais um – o quarto paralogismo, a que se deveria chamar deslocamento. Porque pode acontecer que a lei proíba algo de perfeitamente fictício na ordem do desejo ou dos “instintos”, para nos convencer que tínhamos a intenção correspondente a essa ficção. Este é mesmo o único meio que a lei tem para apanhar a intenção e culpabilizar o inconsciente (...) (Deleuze e Guattari, 1972/1996, op. cit., p. 120).

Deleuze e Guattari concluem que a psicanálise clássica está fortemente ligada ao capitalismo e à economia política, e que essa estreita relação depende de um mecanismo econômico no qual os fluxos descodificados do desejo têm que ser rebatidos no campo familiar. O Édipo funciona como a última palavra do consumo capitalista: consumir papai e mamãe é deixar-se triangular no divã. A finalidade da psicanálise edipiana está marcada por essa função social.

Deleuze e Guattari consideram que o que torna o esquizo doente é a edipianização que o obrigam a suportar. Ele sofre, não por ter um eu dividido ou um Édipo desfeito, mas por ser reconduzido a tudo o que já abandonou. Os esquizos levam consigo os fluxos descodificados, instalam suas máquinas desejanter no corpo sem órgãos, atravessam o limite, fazem viagens de intensidade. A doença é a interrupção desse processo de produção desejanter. Nessa perspectiva, a loucura não é necessariamente uma derrocada (*breakdown*), pode ser também a abertura de uma passagem (*breakthrough*). Ser louco não é necessariamente ser doente, por mais que esses dois termos se tornem complementares. Os autores do *Anti-Édipo* pensam que o ponto de vista vigente sobre a saúde mental não é uma verdadeira saúde. A esquizofrenia é um processo e não um fim; uma produção e não uma expressão. Nem todos conseguem a abertura de uma passagem através do muro ou limite esquizofrenizante. A maior parte, ao se aproximar do muro, recua e prefere submeter-se à lei do significante, ser marcado pela castração e pela triangulação do Édipo.

A verdadeira diferença está entre as máquinas desejanter molares e moleculares. Estas últimas são máquinas formativas nas quais até as falhas são funcionais, procedem por cortes e fluxos, fluxos associativos e objetos parciais, induzindo sempre conexões, disjunções inclusivas e conjunções plurívocas. Por outro lado, as máquinas molares se encontram no plano estrutural das instituições, que lhes dão uma “armadura de aço”, estruturando os seres vivos pelas unidades da sua pessoa, espécie, operando conexões globais e específicas, disjunções exclusivas e conjunções biunívocas.

Deleuze e Guattari destacam a existência de uma sexualidade a-edipiana, e demonstram como a esquizofrenia dá uma lição extra-edipiana ao revelar uma utilização imanente não exclusiva, mas afirmativa, inclusiva e ilimitativa da síntese disjuntiva. Eles utilizam como exemplo o fato de o esquizofrênico não ser homem, nem mulher, mas homem do lado dos homens e mulher do lado das mulheres. Ele é trans-sexuado e opera por disjunções inclusivas que não se fecham sobre os seus termos.

A síntese disjuntiva de registro conduz-nos, portanto, ao mesmo resultado que a síntese conectiva: também ela é passível de duas utilizações, uma imanente e outra transcendente. E porque é que ainda aqui a psicanálise apóia o uso transcendente que introduz por toda a parte as exclusões e as limitações na rede

disjuntiva e precipita o inconsciente no Édipo? E porque é que a edipianização é precisamente isso? É que a relação exclusiva introduzida pelo Édipo não está só entre as diversas disjunções concebidas como diferenciações, mas também entre o conjunto dessas diferenciações que ela impõe e um indiferenciado que ela supõe. O Édipo diz-nos: se não obedeceres às linhas de diferenciação, papai–mamãe–eu, e todas as exclusivas que as balizam, cairás na escuridão do indiferenciado (...) (Id., *ibid.*, p. 82).

Deleuze e Guattari consideram o Édipo como uma imposição social, à qual a psicose resiste e a neurose se adapta. Para os autores, Freud parece não gostar dos esquizofrênicos justamente por causa da resistência deles à edipianização. Deleuze e Guattari propõem desfazer o inconsciente edipiano, artificial, reprimido e repressivo, balizado pela família, para atingir um inconsciente produtivo imediato. Os autores de *O Anti-Édipo* consideram que essa transformação pode se dar até mesmo dentro da psicanálise, que se tornaria uma máquina do aparelho revolucionário.

(...) A esquizo-análise não se propõe resolver o Édipo, não pretende resolvê-lo melhor que a psicanálise edipiana. Propõe-se desedipianizar o inconsciente para poder chegar aos verdadeiros problemas. Propõe-se atingir essa região “para lá de todas as leis”, em que o problema deixa de poder ser posto. E, por consequência, também não partilhamos do pessimismo de pensar que essa mudança, essa libertação, só se pode fazer fora da psicanálise. Pensamos, pelo contrário, que é possível dar-se uma reversão interna que transforme a máquina analítica numa peça indispensável do aparelho revolucionário. Mais: já há mesmo condições objetivas para isso (Id., *ibid.*, p. 85).

Deleuze e Guattari consideram ainda que não é possível tratar a psicose com o mesmo modelo da neurose e que a visão estrutural da psicose é muito problemática. Pensam que a técnica psicanalítica tradicional é insuficiente no cuidado com as psicoses, já que a esquizofrenia é uma experiência de intensidade que escapa ao plano representacional, a qual nos permite pensar o desejo como fluxo, saindo de uma concepção ortodoxa do desejo fundado no recalque. Os autores se perguntam se será o processo de fluxos de desejo ou, pelo contrário, a sua interrupção, seu prolongamento no vazio, que reduzem o esquizofrênico a uma figura hospitalizada, separada da realidade.

Quando perguntados se alguma vez tinham visto um esquizofrênico, Deleuze e Guattari rebateram perguntando aos psicanalistas se alguma vez escutaram um delírio. Delírio que não é familiar, mas histórico-mundial. O esquizo e seus delírios põem as questões fora da família. Na análise freudiana do

caso Schreber (Freud, 1911/1996) por exemplo, todo esse conteúdo desaparece, tudo é esmagado na triangulação de Édipo e referido ao pai. Para os autores, esse caso revela as insuficiências da psicanálise edipiana.

Deleuze e Guattari lembram, por exemplo, do conceito lacaniano de forclusão, que força a edipianização dos “rebeldes” e leva à estranha concepção de que o psicótico escapa ao Édipo porque está inserido em um Édipo ao quadrado. Com este conceito, constitui-se uma imagem extensiva de família, segundo a qual são necessárias várias gerações, pelo menos três, para a formação de um psicótico. A ausência de Édipo é entendida como uma falta ligada ao pai, uma lacuna, um buraco na estrutura e, em nome dessa falta, remete-se ao outro pólo edipiano: o das identificações imaginárias no seio do indiferenciado materno. Tudo é interpretado como um conjunto de identificações imaginárias dependentes do que “falta” ao sujeito para se deixar edipianizar.

E, todavia, (...) se há problema que não se ponha na esquizofrenia, é o das identificações... E se curar é edipianizar, então compreendemos os sobressaltos do doente que “não se quer curar” e trata o analista como um aliado da família, e logo a seguir da polícia. O esquizofrênico estará doente, separado da realidade, porque lhe falta o Édipo, porque lhe “falta” qualquer coisa do Édipo – ou, pelo contrário, por causa da edipianização que ele não pode suportar e que todos lhe pretendem aplicar (a repressão social antes da psicanálise)? (Deleuze e Guattari, 1972/1996, op. cit., p. 95).

Os pais têm seu lugar no inconsciente, mas como outros tantos indutores. Porém, o familialismo pesa sobre a psicanálise, que continua a confiar o papel de organizador a elementos simbólicos ou estruturais, que são os elementos da família e da matriz edipiana, transformando a família em algo transcendente.

Vale lembrar que a família é cortada por cortes não-familiares e que tudo o que acontece no mundo forma os complexos do inconsciente. Se há estruturas, elas estão no real e não formam uma estrutura mental; são as formas de produção social, com seus cortes extrafamiliares, que se relacionam com a produção desejante.

Segundo os autores, o grande argumento do familialismo seria o de que, pelo menos a princípio, o inconsciente se exprime em um estado de relações e constelações familiares no qual o real, o imaginário e simbólico estariam misturados. No entanto, o social existe desde o começo e não surge após, como

um além. Até o bebê estabelece uma relação imediata entre o desejo e uma realidade social.

Com a sua crítica, Deleuze e Guattari propõem uma abordagem libidinal, econômica e política, que considera as máquinas desejantes, já que não se limita à estrutura edipiana, e atinge os investimentos sociais da libido. Ao fascismo do poder, eles contrapõem as linhas de fuga, ativas e positivas que fazem passar fluxos sob os códigos sociais que os querem barrar.

Na ordem da produção tudo é não-edipiano, tem outro regime, outra utilização das sínteses, que estimulam a autoprodução do inconsciente, o inconsciente órfão e social. O Anti-édipo propõe uma utilização nomádica e plurívoca das sínteses conjuntivas, em vez de uma utilização segregativa e biunívoca. É preciso questionar a psicanálise clássica e sua crença no Édipo, o inconsciente não pode ser reduzido a um estado de crença, que sufoca o desejo e seu caráter produtor.

(...) A questão do pai é como a questão de Deus: nascida da abstração, supõe que a ligação entre o homem e a natureza, entre o homem e o mundo se rompeu, de modo que o homem tem que ser produzido como homem por algo de exterior à natureza e ao homem. A propósito disso, há uma observação de Nietzsche muito semelhante às de Marx e Engels: “Rebentamos de riso só de imaginar homem e mundo lado a lado, separados pela sublime pretensão da pequena palavra e”. A coextensividade, a coextensão do homem e da natureza é totalmente diferente; movimento circular através do qual o inconsciente, permanecendo sempre sujeito, se produz a si mesmo e se reproduz (...) (Id., *ibid.*, p. 112).

Os autores consideram que o inconsciente não levanta problemas de sentido, mas de utilização. A questão do desejo é: como isso funciona? Como as máquinas desejantes funcionam? Quais são as falhas que fazem parte da sua utilização? Como passam de um corpo para outro? Como se agarram ao corpo sem órgãos e confrontam seu regime com os das máquinas sociais? Quais são as conexões? Que utilização das sínteses se faz? O inconsciente não representa nada nem quer dizer nada, ele produz e funciona.

O questionamento de Deleuze e Guattari propõe um inconsciente não ideológico, mas material, não edipiano, mas esquizofrênico, não simbólico, mas real, não estrutural, mas maquínico, não molar, mas molecular, não expressivo, mas produtivo.

Diante da crítica comum feita ao *O Anti Édipo*, de que a esquizofrenia é valorizada de uma maneira romântica e irresponsável, a qual confunde o revolucionário com o esquizo, Deleuze afirma em *Conversações (1972-1990)* que uma escola de esquizofrenia não seria mal: liberar os fluxos, decodificar, desterritorializar, tudo isso é positivo. No entanto, não se responsabiliza pelos contra-sensos que suas teses podem causar. Insiste, inclusive, na intencionalidade de provocá-los, afirmando que por trás dos contra-sensos sempre há uma política.

O autor considera que Foucault demonstrou de forma clara como a produção, ao irromper no mundo da representação, produz um importante corte, e como a produção, social ou desejante, trabalha com forças que não se deixam conter na representação, trabalha com fluxos e cortes que a atravessam por todos os lados. Sempre que a produção, em vez de ser apreendida na sua realidade é rebatida em um espaço de representação, só pode valer pela sua ausência e aparece como uma falta nesse espaço. Aí se introduz a falta, e todos os seus correlatos, dentre os quais se destaca a castração.

A procura de uma estrutura por parte da psicanálise contribui para uma teoria da falta. A estrutura funciona quase como uma prisão, na qual a diferença sexual, por exemplo, se constitui a partir de duas alternativas excludentes, homem ou mulher. Diante disso, qualquer outra possibilidade é remetida ao campo da indiferenciação. Sustentando outro ponto de vista, os autores defendem puras multiplicidades positivas, sínteses operando em um plano de imanência ou consistência, sem exclusões, já que a matéria que lhes serve de suporte não está especificada em nenhuma unidade estrutural ou pessoal, e sim no corpo sem órgãos que preenche os espaços todas as vezes que é preenchido por uma intensidade. Mantendo-se no nível molecular, não é necessário pleitear uma unidade estrutural totalizante e a questão da falta não se coloca mais.

3.4 Como desedipianizar as paisagens

Deleuze e Guattari dão primazia aos investimentos libidinais do campo social em detrimento do investimento familiar, consideram a relação não familiar sempre primeira. Afirmam que o *phallus* nunca foi, nem é o objeto nem a causa do desejo. Trata-se, na verdade, de um aparelho de castrar, de uma máquina que impõe a falta ao desejo, um dos elementos que faz com que a psicanálise mais

tradicional se afaste de uma relação fundamental com o exterior. Deleuze e Guattari consideram, por exemplo, que mulheres e crianças não podem “assumir” sua situação numa sociedade capitalista exatamente por essa relação não ter nada a ver com o *phallus* e a castração, mas pelo fato de estar relacionada a uma dependência econômica insuportável.

O problema prático do Anti-Édipo é devolver às sínteses do inconsciente sua utilização imanente, desedipianizar, destruir crenças para atingir a produção das máquinas desejanças e os investimentos sociais.

Para Deleuze, o território só vale em relação a um movimento através do qual se sai dele avançando para novas regiões; terra nova na qual o desejo funciona segundo seus elementos e fluxos moleculares. Mundo de comunicações transversais, viagem intensiva que desfaz terras em favor das novas terras que cria, e que não precisa de grandes movimentos, pode-se dar no corpo sem órgãos. As máquinas desejanças são cortes-fluxos que cortam e ao mesmo tempo correm para as pequenas conexões as quais são rebatidas numa territorialidade representativa qualquer. Não há desterritorialização sem, ao mesmo tempo, um esforço para se territorializar em outro lugar.

Os autores do Anti-Édipo insistem em enfatizar que, o que faz o esquizo sofrer não é o próprio processo, mas as interrupções que se dão quando aquele que não se deixa edipianizar é neurotizado em família ou psicotizado no asilo. Concluem que talvez a única doença seja a neurose e o Édipo pelo qual tudo se mede.

Deleuze e Guattari propõem que a psicanálise seja unicamente funcional, que se preocupe com os arranjos maquínicos apreendidos na sua dimensão molecular, com órgãos que não remetem para um organismo – cuja dispersão não tem nada a ver com uma falta – mas constituem um modo de presença na multiplicidade.

Sobre a possibilidade de se codificar essa cadeia molecular do desejo, Deleuze e Guattari observam que um código implica duas coisas: uma especificação do corpo pleno como territorialidade de suporte e a ereção de um significante despótico do qual toda cadeia depende. Na cadeia molecular tudo se passa de forma diferente, sua função é codificar os fluxos sobre o corpo sem órgãos que, por sua vez, desfaz os códigos e passa o muro do significante. A

cadeia molecular ainda é significativa porque é feita de signos do desejo; no entanto, esses signos estão sob o regime das disjunções inclusivas.

Os autores sabem que não é fácil desedipianizar as paisagens, mas procuram construir um inconsciente não-figurativo e não-simbólico, uma pintura abstrata, com fluxos-esquizes ou real-desejo, acabando com as condições mínimas de identidade e estrutura. Deleuze e Guattari objetivam desfazer as formas das pessoas e do eu, não para substituí-los por um indiferenciado pré-edipiano, mas pelas linhas de singularidades a-edipianas, pelas máquinas desejantes.

Inspirados em Nietzsche e Espinosa, Deleuze e Guattari denunciam as paixões tristes, os valores em nome dos quais depreciamos a vida. De acordo com Antonioli (1999), as paixões tristes, no caso da psicanálise, são representadas pelo desejo impedido de sair de coordenadas dadas a priori. Ainda de acordo com a autora, em Espinosa, cada individualidade não é concebida como uma forma fechada, definitivamente construída, mas como um conjunto de relações entre velocidades diferentes, encontros de ritmos, que fazem do corpo e da alma não mais substâncias de sujeitos, mas modos. Dessa forma, Espinosa propõe uma mudança concreta na maneira de viver ao postular que um corpo é definido pelo seu poder de afetar e de ser afetado, apontando para uma dimensão onde a vida será sempre uma experimentação, uma busca de encontros, relações e construção de planos de imanência. O poder de ser afetado de um corpo é sempre efetivado em relação com outros corpos. Para Hardt, esse poder define a receptividade de um corpo não como passividade, mas como uma afetividade, noção que proporciona a Deleuze um meio de colocar a experiência interior como uma modalidade da exterioridade corpórea.

A receptividade de um corpo está fortemente ligada à sua expressão externa ativa: a afetividade é um atributo da potência do corpo. Em Nietzsche, como em Espinosa, então, o *pathos* não envolve um corpo “sofrendo” paixões; ao contrário, o *pathos* envolve as afecções que marcam a atividade de um corpo, a criação que é alegria (Hardt, 1996, op. cit., p. 98).

De acordo com Antonioli, com a teoria dos afetos de Espinoza, busca-se compreender, numa comunidade, como os relacionamentos podem se compor para trazer um aumento de potência, e o problema da política não é mais de limitar as liberdades, mas de organizar um mundo cada vez mais largo e intenso; a questão

se desloca de um problema de limitações e de interdições, para girar em torno de composição e de criação.

Segundo Hardt, um agente corpóreo como o de Espinosa, a saber, o indivíduo como um corpo ou um grupo de corpos reconhecidos por seus movimentos e desejos, comuns, pode liderar uma luta contra as paixões tristes e descobrir uma prática da alegria, que se realiza no plano da socialidade, fornecendo os termos para a criação de uma coletividade expansiva.

Para Mengue (1994, op. cit.), a questão central do pensamento de Deleuze é a possibilidade de se conceber um sistema aberto, inserir o múltiplo dentro do pensamento, o princípio de uma conexão permanente, de uma heterogeneidade. Um sistema é aberto quando os conceitos são relacionados a circunstâncias e não mais a essências. De acordo com essa teoria, a psicanálise não poderia se fechar num único sentido; teria que se abrir para o múltiplo, para a diferença e para a possibilidade de conexões e interações novas.

A concepção deleuziana de sistema aberto resulta em uma nova imagem do pensamento, que de acordo com Mengue, não tem por projeto uma repetição da história do pensamento, e sim uma descrição das relações de exterioridade, que são constitutivas do múltiplo.

Mil Platôs (1980), obra que se segue ao *Anti-Édipo*, e que será analisada no próximo capítulo, parece alcançar o objetivo de Deleuze e Guattari de inserir o múltiplo no pensamento. Os autores de *Mil platôs* o consideram como um projeto construtivista, uma teoria das multiplicidades por elas mesmas.

No *Anti-Édipo*, os autores queriam chamar a atenção para os limites da psicanálise edipiana, e para os estragos que Édipo faz na imagem geral que se faz do pensamento. Porém, Deleuze e Guattari apontam que mesmo após o sucesso de seu livro de 1972, o Édipo familiar continuou a impor seu regime na psicanálise e por toda parte do pensamento. A partir disso, os autores resolvem então em *Mil Platôs*, avançar em direção a terras desconhecidas, sem o registro edipiano.